

Grileiro usa liminar como propaganda

As vendas de lotes são apoiadas em dois tipos de propaganda. A principal é a liminar expedida em março em favor dos empreendedores do Belo Horizonte, mantendo-os na posse. O outro tipo de argumento para convencimento dos compradores é o artigo 81 da Lei Complementar 17, de 28 de janeiro de 1997, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT). A lei é uma promessa de compensação à grilagem.

"Inconstitucional", na opinião da promotora Alessandra de Queiroga. A legislação diz que serão regularizados todos "os parcelamentos com características ou utilização urbanas implantados ou apenas com pedido de regularização formalizado junto ao GDF, até a data dessa lei, arquivados ou não".

Assim, segundo a promotora, o PDOT oferece perspectiva de regularizar até os 200 loteamentos fantasmas que tramitam na Justiça, apoiados em documentação falsa e incidindo sobre terras que

não existem. Mesmo que sobre a terra pública não se admita questionamento de posse.

Alessandra de Queiroga está preocupada com o artigo 81. Ela está estudando a possibilidade de uma ação civil pública para pedir a inconstitucionalidade da lei. "Mas acredito que não seja necessária e que os deputados tenham a sensibilidade de revogar esse absurdo que está propiciando a grilagem", ressalta.

BUSCA E APREENSÃO

Na última quinta-feira, a Delegacia de Meio Ambiente executou um mandado de busca e apreensão requerido pelo Ministério Público, em um escritório na CLN 409, bloco D, endereço a que os policiais chegaram por meio de informações de propagandas do



loteamento feitas por grileiros, oferecidas pela Promotoria da Ordem Urbanística.

Mas nada de novo ocorreu. A delegada da Dema, Ivone Cassimiro, sempre responde evasivamente quando

se trata do Belo Horizonte. Não oferece detalhes sobre a operação. "Foi tranqüila. Colhemos alguns documentos e mapas, estamos vendendo se tem relação com o condomínio", limita-se a comentar. Ao contrário de muita gente, especialmente dos moradores da vizinhança. Na QL 28 eles já falam em criar uma associação para proteção da área. "Temos que fazer alguma coisa", justifica um morador.

Alessandra de Queiroga conta que, entre outubro e novembro do ano passado, funcionárias da ad-

ministração do Villages Alvorada, por exemplo, apresentaram queixa à Polícia Civil por causa de um escândalo feito por Mônica de Oliveira na portaria do condomínio.

NO CHÃO

"Um casal que estava esperando a corretora para comprar lote soube, em conversa com as funcionárias do condomínio, que o loteamento Belo Horizonte é irregular. Saíram revoltados, e quando a corretora chegou fez um escândalo, jogou coisas no chão", conta a promotora.

Mas Alessandra de Queiroga vai mais longe. Ela acredita que existam outras pessoas envolvidas nas vendas de lotes anunciadas em classificados de jornal. Com propaganda de possibilidade de construção imediata, as obras e aberturas de ruas no Belo Horizonte somente não começaram durante a Semana Santa por causa de uma operação policial de vigilância constante, montada pela Administração Regional do Lago Sul. (CA)